Dados: 2022.09.15 08:40:34 -03'00



ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 018.1/2022

Processo: Fis:______Ass:

PROCESSO ADM N°063/2022 PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2022

O MUNICIPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.627/0001-34, com sede na Rua Imperatriz II, nº 800, Centro, Governador Edison Lobão/MA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária Municipal, Sra. GISELY ROCHA SOARES, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade № 49977495-7, CPF № 703***.***-49, residente e domiciliado na Rua D.Pedro I nº298, Centro E a empresa H PEREIRA DA SILVA COMERCIO, inscrita no CNPJ Nº sob 08.891.700/0001-25, localizada na AV GETULIO VARGAS, № 1453, BAIRRO Centro doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal Sr. HELIO PEREIRA DA SILVA, portador da Cédula Identidade nº 0155798820007 - SESP/MA e do CPF nº 363.675.833-00, têm, entre si, ajustado o presente CONTRATO, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 018/2022, formalizado nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2022, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo e aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 042/2021, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 044/2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de kits enxoval para recém-nascidos, a fim de beneficiar grávidas que estão em situação de vulnerabilidade e sendo atendidas pelo Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, suprindo as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



):08891700000125

ITEM	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	TOTAL
01)Banheira para Bebe – Cores Variadas	UND	300 unidades	R\$ 53,56	R\$ 16.068.00
02) Kit Bolsa cor – Unissex	UND	300 unidades	R\$ 59,03	R\$ 17.709,00
03) Kit com cueiros	PCT	300 pacotes	R\$ 41,50	R\$ 12.450,00
04) Meia	PCT	300 pares	R\$ 4,34	R\$ 1.302,00
05) Conjunto de Pagão; Cores variadas	UND	300 unidades	R\$ 24,16	R\$ 7.248,00
06) Kit com fraldas	PCT	300 pacotes	R\$ 47,48	R\$ 14.244,00
07) Fralda Descartável	PCT	300 pacotes	R\$ 21,02	R\$ 6.306,00
08) Lenço Umedecido	PCT	300 pacotes	R\$ 8,62	R\$ 2.586,00
TOTAL GERAL			R\$ 77.913,00	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃOMA.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013, decreto municipal nº44/2021, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.





2022.09.15 08:41:10 -03'00



4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observada e condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde pe este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o foração participantes.

- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, aos quíntuplos de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 P).
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de assinatura do contrato, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



Dados:

2.09.15 08:41:24 -03'00



6.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

- 6.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços appropriente de mercado observará a classificação original.
- 6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, sem justificativa aceitável;

- 6.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta Ata de Registros de preços será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.8.1. por razão de interesse público; ou
- 6.8.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.





7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes desorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do orgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes de competência do orgão gerenciador de competência de descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Degreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013). 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDICÕES GERAIS

- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para realização dos serviços, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do edital.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13. 8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.

GOVERNADOR EDISON LOBÃO/MA - 15 setembro de 2022.

Jisely Rocha Soares retaria Municipal de 412021

GISELY ROCHA SOARES

CPF N° 703***.***-49 SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ÓRGÃO GERNECIADOR.

CONTRATANTE

H PEREIRA DA SILVA

COMERCIO:08891 125 700000125

Assinado de forma digital por H PEREIRA DA SILVA COMERCIO:08891700000

Dados: 2022.09.15 08:42:01 -03'00'

HELIO PEREIRA DA SILVA

CPF. nº 363.675.833-00 REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA H PEREIRA DA SILVA COMERCIO. **CONTRATADO**

